



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Proposta nº /2019

Pela preservação da memória da República e da Resistência Antifascista pelo Município de Lisboa

A Memória de um povo deve ser preservada como lembrança importante de factos e vivências que não podem e não devem ser descartadas. A perda do exercício desse poder, nas sociedades, constitui o factor principal para a formação de sociedades de esquecimento.

Acervos e espólios, sejam eles apresentados através de manuscritos ou outras representações gráficas e visuais, consolidam o nosso passado e a memória histórica à formação identitária de um povo.

A implantação da República Portuguesa foi um marco de viragem na história de Portugal. Período de grandes conturbações, desde a 1ª República, passando pela Nova República, a Ditadura Militar e os 48 anos do fascismo, deu origem a uma nova movimentação no seio do povo português, a RESISTÊNCIA.

A Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR) é uma das guardiãs destas memórias. Depositária de um riquíssimo acervo e espólio sobre República e Resistência, a Biblioteca-Museu representa um dos momentos da História, em que a luta e resistência de um povo não devem de todo perder o seu espaço, merecido, que dignamente lhe confere a História.

As instalações da BMRR abriram há 18 anos disponibilizando o seu acervo com a consulta informatizada e integrada na Rede de Bibliotecas Municipais, com salas de consulta, auditório, café e espaço de exposições.

O município tem a responsabilidade de encontrar formas de valorizar este património seja investindo no equipamento, seja divulgando a sua existência e iniciativas, seja dinamizando as suas actividades e atraindo novos públicos para um espaço de estudo e pesquisa *que já tem um nicho muito próprio de utilização.*

A BMRR, apesar da falta de investimento e divulgação que a temática e o espólio exigiram, tem conseguido ao longo do tempo dar resposta aos alunos, investigadores e interessados que a ela acorrem na procura de informação e fontes, tanto a nível local como nacional e, mesmo, internacional.

Depois de um período de funcionamento na Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica (2014) durante o qual a BMRR perdeu visibilidade, os trabalhadores seriam transferidos para a BMRR, no Bairro do Rego, onde se encontram desde 2016 até hoje, após grande insistência do PCP sobre a matéria.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Desde 2016, a vereação tem conhecimento da necessidade urgente de intervenção, nomeadamente: a limpeza do ar condicionado e alterações a nível das caixilharias de janelas e portas para permitir a circulação de ar e correcto funcionamento de portas de emergência. Essa identificação foi corroborada por técnicos e relatórios internos da Câmara, em 2017, não tendo sido nada feito até ao momento. A não concretização destas duas intervenções, que são pontuais e não obrigam sequer ao encerramento do equipamento (muito menos à retirada do acervo), têm dificultado de forma determinante a realização de iniciativas e acções de dinamização da BMRR.

Surgiram notícias do encerramento da BMRR para obras, durante o período de um ano, o envio dos trabalhadores para “outras bibliotecas da rede” e do espólio para o SATT. Questionado a Vereadora, em sessão da Assembleia Municipal, muitas das questões colocadas ficaram por responder mas foi afirmado que a BMRR encerraria apenas para obras, reabrindo em seguida, sendo o seu encerramento definitivo apenas especulação. Em audição da 7ª Comissão da AML, esta semana, a Vereadora retrocedeu afirmando que a decisão de reabertura da BMRR estará em análise e avaliação, durante o período das obras, reservado uma decisão para depois.

Assim, os Vereadores do PCP têm a honra de propor, ao abrigo do n.º1 do art.º 33º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 35º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1. Manter o objectivo inicial subjacente à criação da BMRR, decidida pela CML em 1993, como um espaço de valorização da República e da resistência anti-fascista, e do espaço físico escolhido, com projecto especificamente desenhado pelo arquitecto Keil do Amaral e mural na entrada da autoria de Maria Keil;
2. Proceder às reparações necessárias para o funcionamento da BMRR, no mais curto espaço de tempo, sem encerrar o equipamento;
3. Dotar a BMRR de meios logísticos que permitam uma maior dinamização daquele espaço;
4. Tomar as medidas necessárias tendo em vista a não desagregação do acervo da BMRR, nomeadamente a separação entre materiais da República e da Resistência antifascista, que traria prejuízos claros, do ponto de vista histórico, académico e, mesmo social, ao estudo destas matérias;
5. Respeitar os termos do Protocolo firmado entre a CML e o Ministério da Cultura, em 2001, sobre a Colecção Dulce Ferrão;
6. Envolver os trabalhadores sobre eventuais alterações na BMRR, ouvindo as estruturas sindicais que os representam;
7. Tomar as medidas necessárias tendo em vista a actual localização, estado de conservação e destino a dar ao espólio que restava no Espaço Grandella, enviado para um armazém municipal em 2014;
8. Construir e implementar um plano efectivo de preservação, valorização e divulgação na cidade de Lisboa da memória e de um espólio que atesta o passado republicano e de resistência antifascista do povo português.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D E A P O I O A O S V E R E A D O R E S D O P C P

Lisboa, 26 de Junho de 2019

Os Vereadores do PCP


Ana Jara


Jorge Alves